



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1375

LEMBRANÇAS DE UM PASSADO SILENCIADO: MEMÓRIAS DA EXCLUSÃO E O LEGADO CONSERVADOR NA CONTEMPORANEIDADE

Marcelo Hansen Schlachta
Unioeste / IFPR

Uma análise dos sujeitos sociais que não se enquadram na memória oficial de Cascavel - PR e região foi pouco explorada pela investigação histórica. Há pesquisas sobre a colonização da região Oeste do Paraná, sobre a presença e participação da Igreja Católica, sobre os conflitos agrários, entre outras abordagens, entretanto não há trabalhos que estudam a mentalidade e as práticas conservadoras no presente da sociedade e na política cascavelense e oestina, atrelando esse imaginário a elementos da colonização, bem como ao silenciamento de memórias daqueles que não se encaixam no perfil delineado pela identidade social hegemônica. Nesta perspectiva, além de um viés até então inexplorado, a presente proposta de pesquisa, que desenvolvo no programa de doutorado em História da UNIOESTE, possibilitará desvelar a maneira pela qual se costumam as relações entre Estado, latifundiários, pequenos proprietários, pioneiros e da própria Igreja, em relação a indígenas, posseiros, migrantes de origem negra, bem como moradores das periferias que são silenciados no discurso oficial. Outro viés até então desconhecido, diz respeito ao cotejamento entre a literatura acerca da colonização da região com entrevistas produzidas com moradores antigos, bem como com documentos e entrevistas produzidas pela Comissão Nacional da Verdade (que realizou audiências em Cascavel no ano de 2013), e que trazem depoimentos de indígenas, agricultores, integrantes de movimentos sociais e até mesmo envolvidos no MR-8. A discussão histórica aqui proposta possibilitará também uma análise mais ampla acerca da realidade estudada, perfazendo também um movimento prospectivo para tentar compreender no presente alguns aspectos da mentalidade conservadora da sociedade oestina.

Palavras-chave: Memórias; Representações; Identidade; Conservadorismo; Comissão Nacional da Verdade;

O processo de colonização da região do Oeste do Paraná teve uma importante participação e atuação de companhias colonizadoras, que têm representatividade em toda sua trajetória. Tais companhias, por meio da concessão de terras devolutas do Estado, exploravam as riquezas naturais e, posteriormente, promoviam a busca de colonos e a venda ou arrendamento das terras, como uma grande empreitada imobiliária.

Todavia, a ocupação territorial não se deu de forma harmônica. As relações que envolviam as terras de posse constituíram-se, muitas vezes, sob formas complexas e problemáticas. Muitas famílias de posseiros, em virtude das ações dos grileiros e jagunços das companhias colonizadoras e de outros particulares, foram expulsas. Nas palavras de Olga Cortese Brocco: “(...) *na época tinha muita gente que não condizia [com as pessoas ‘de bem’], o que o pessoal falava... os jagunços, era muita morte, muita briga, muita coisa ruim naquela época sabe, quando a gente chegou aqui*” (BROCCO, 2002: A/A).

No entanto, a historiografia tradicional criou a ideia de um imenso “vazio demográfico” para o Oeste do Paraná, negligenciando ou discutindo superficialmente sobre a existência de indígenas que habitavam essa região. A existência de centenas de posseiros também é outro fato que costumeiramente se procurou omitir da história tradicional do Oeste, como podemos evidenciar nos trabalhos de Ondy Niederauer, Venilda Saatkamp, entre outros, bem como nas publicações da Secretaria de Educação do Estado.

Lucio Tadeu Mota, em seu estudo “A Construção do ‘Vazio Demográfico’ e a Retirada da Presença Indígena da História Social do Paraná”, delinea muito bem as intencionalidades e motivações que provocam tal silêncio. Para o autor,

(...) um espaço passa a ser projetado como um espaço vazio improdutivo, pronto a ser ocupado pela economia nacional com suas ramificações internacionais. Os agentes dessa projeção são vários: a história oficial das companhias colonizadoras; as falas governamentais e sua incorporação nos escritos que fazem a apologia dessa colonização exaltando seu pioneirismo(...) (MOTA, 1993:)

Quanto a ocupação que se dava no Oeste paranaense, podemos observar que muitos ocupantes, ancorados na legislação agrária de julho de 1822, que declarou extinto o regime de sesmarias e que pontuava que “*a simples ocupação da terra tomara o lugar das concessões pelo Poder Público*”(WESTPHALEN, 1968: 10), vieram a fixar moradia habitual e dedicar-se ao cultivo de algum cereal para serem possuidores do seu lote de terras. Esta explicação histórica eliminou, de forma proposital, a existência desses sujeitos na história oficial da região, como forma de extirpar, de negar os conflitos e problemas existentes, principalmente no que tange a posse de terras.

Em outros termos, silenciando sobre a existência de tais elementos, a colonização teria se dado de forma harmônica e sendo obra do Poder Público, da

atuação das companhias colonizadoras e com participação da Igreja Católica. Esta explicação caracteriza que as ações das colonizadoras e, ao mesmo tempo, o projeto do governo, visavam implantar núcleos coloniais através do assentamento de pequenos agricultores, para o desenvolvimento de uma agricultura racional e moderna, e a Igreja estimulava a formação de comunidades rurais baseadas na apropriação familiar privada. Este movimento se deu, notadamente, privilegiando os colonos teutos e ítalo-brasileiros de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, considerados portadores de experiência comunitária e cooperativa, 'mão-de-obra esmerada', de "maior valor produtivo", em detrimento de outros grupos sociais, sobretudo, dos caboclos, que ocupavam terras devolutas sem se preocupar com a titulação das terras conforme já diagnosticado em outras pesquisas.

Todavia, na contramão do discurso oficial, uma série de conflitos pela posse e propriedade da terra, litígios, disputas e derramamento de sangue, são uma constante no período da colonização e não deixaram de existir por completo nos anos posteriores, prolongando-se em alguns casos até os tempos atuais. O silenciamento acerca destes conflitos e de determinados sujeitos históricos não ficou restrito ao passado e na atualidade uma série de preconceitos, entendimentos confusos, exclusões e privações de direito tem sido frequentes em Cascavel. Diferentes sujeitos, pertencentes a grupos sociais que não se encaixam no perfil delineado pela história tradicional, passam a se organizar coletivamente ou reivindicar individualmente seu espaço de direito. Por outro lado, uma sucessão de discursos e ações que objetivam deslegitimar estes grupos também começam a ser engendrados.

Esses movimentos de minorias encontram uma dupla dificuldade de articulação, primeiro pelas contradições e dificuldades internas de organização; segundo, pela cooptação ou adesão destes sujeitos pelo discurso conservador e dominante, como se pode observar por intermédio de ações cotidianas, entrevistas e outros.

Na esteira de tal discussão histórica pretende-se investigar, numa relação dialógica entre passado e presente, a construção de um imaginário social assentado em determinados valores e a edificação de diferentes memórias ao longo desse processo. Estas discussões pretendem se desdobrar numa análise de como determinadas vozes

foram silenciadas no passado e como, na contemporaneidade, antigas e novas articulações se tecem a partir do rearranjo dessa construção histórica.

A perspectiva apresentada, além de um viés até então inexplorado, diz respeito ao cotejamento entre a literatura acerca da colonização da região com entrevistas produzidas com moradores antigos, bem como com documentos e entrevistas produzidas pela Comissão Nacional da Verdade (que realizou audiências em Cascavel no ano de 2013 e que se encontra em fase de levantamento da documentação e transcrição de audiências), e que trazem depoimentos de indígenas, agricultores, integrantes de movimentos sociais e até mesmo envolvidos no MR-8.

A discussão histórica aqui proposta possibilitará também uma análise mais ampla acerca da realidade estudada, perfazendo também um movimento prospectivo para tentar compreender no presente alguns aspectos da mentalidade conservadora da sociedade oestina.

Analisando o cenário de colonização e desenvolvimento de Cascavel-PR, observa-se que sob o ponto de vista da cultura imaterial e da construção da memória social, múltiplas são as formas de construção e circulação de manifestações culturais: narrativas, discursos, religiosidade, patrimônio etc. Nesse sentido, as tradições se propagam ancoradas nas memorações e conhecimentos passados que se assentam na memória coletiva e individual, por intermédio de experiências socialmente compartilhadas.

Uma série de representações sociais foram e continuam a ser construídas acerca da cidade de Cascavel, caracterizando-a como um lugar de progresso e trabalho, como estampado em revistas, jornais e outros veículos de comunicação a nível regional e nacional¹, comumente destacando a identidade ligada ao trabalho, as terras férteis, ao povo desbravador e a cidade moderna rodeada por plantações.

¹ Na revista Veja de 1º de setembro de 2010, Cascavel foi apresentada como “a metrópole do futuro”, já no mês de julho de 2011 apareceu na Revista Você S/A como a 70ª melhor cidade do Brasil para se fazer carreira; em novembro do mesmo ano ganhou o 7º Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor na categoria “Formalização de Pequenos Negócios e Apoio ao Empreendedor Individual”; e em março deste ano Cascavel foi apontada pelo IFGF (Índice Firjan de Gestão Fiscal) como a 3ª cidade do Paraná e a 22ª no País com a melhor administração do dinheiro público. Fonte: Assessoria/Prefeitura de Cascavel

As representações têm um papel importante, uma vez que projetam valores socialmente compartilhados, atribuindo significado a determinadas situações e ações. Nesta direção, utilizando-me das reflexões de Chartier:

(...) o que leva seguidamente a considerar estas representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas – mesmo as representações coletivas mais elevadas só tem uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam atos – que têm por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua (CHARTIER, 1990: 18).

Diante disso, ao realizarmos algumas entrevistas com moradores considerados “pioneiros”, constatamos que os mesmos possuem enraizamentos de uma série de imagens que reproduzem esta visão acerca da região. De modo bastante significativo, o produtor rural Izoldo Carmani, que reside em Cascavel desde a década de 1960, desenrola sua visão sobre a cidade:

Cascavel sempre foi terra de gente séria. A própria origem da cidade demonstra isso. Vieram pra cá descendentes de italianos, alemães... principalmente... gente que veio do sul, com o desejo de trabalhar e prosperar. Por isso hoje temos essa cidade bonita, que só cresce, com agricultura forte. Com o passar do tempo esse crescimento atraiu muita gente que não condizia com o trabalho, com o suor... aí você começa a ter problemas. Veio o MST, tudo aqueles índio de Laranjeiras, o pessoal do PT, tudo chegaram depois e os interesse deles não contribuem com a prosperidade de quem é realmente cascavelense (CARMANI, 2013: A/A).

A fala do senhor Izoldo reforça a imagem de que Cascavel e região representariam um exemplo para o Paraná e para o Brasil em dois aspectos: o sucesso econômico desempenhado pela produção agrícola e o esforço dos colonos para desenvolverem o lugar. Semelhantes elementos discursivos podem ser encontrados em obras que analisam a colonização do Oeste paranaense, nas quais os imigrantes, principalmente sulistas, são classificados como tendo aptidões de caráter e capacidades físicas condizentes para promover o progresso local. Esse discurso produziu a representação do migrante teuto e ítalo-brasileiro como um colono que se tornou próspero e enriqueceu nas novas áreas de colonização.

A construção discursiva do produtor rural, de 63 anos, acima reproduzida, se desenrola de modo a ressignificar o passado a partir do presente, assim como o

movimento inverso. Um enaltecimento de suas experiências vividas e do trabalho é utilizado para lhe conferir uma determinada identidade ligada ao labor, assim como para criar uma identidade compartilhada para com aqueles com quem Sr. Izoldo divide suas memórias. Todavia, este mesmo movimento, também objetiva desqualificar aqueles que o produtor não possui afinidades e caracteriza como o “outro”, os que não fazem parte do ideário e das construções de sentido elaboradas por ele.

Na esteira dessas considerações, a imbricação de várias culturas irá resultar num relacionamento e numa convivência diferente com os indivíduos que fazem parte de outros grupos sociais, atribuindo a estes uma conotação preconceituosa em relação aos colonizadores do Sul. O historiador Nilceu J. Deitos assevera que o preconceito orbitava em outras esferas do cotidiano, o estilo e a forma de trabalho, a cultura e a etnia, sendo denominados de nortistas e em tom depreciativo caracterizados como “pelo duro”, expressão usual no Rio Grande do Sul para designar o gado sem raça e decadente (Cf. DEITOS, 1996).

Em consonância ao exposto, o senhor Décio Galafassi, considerado um dos pioneiros de Cascavel, figura bastante visitada ao se reportar ao início da colonização da cidade, assim descreve sua percepção do processo: “*Os sulistas tinham uma índole muito forte de progresso e desenvolvimento, sendo eles os principais desbravadores deste Brasil. Contrariamente dos paulistas que foram grandes bandeirantes e se acalmaram*” (GALAFASSI, 1995: apud. DEITOS).

Em outro depoimento, o agricultor e filho de agricultores Eduardo Martini, também reproduz suas percepções acerca do passado e do presente, num movimento complexo e contraditório, mas também cercado de aproximações que conferem sentido e identidade para o mesmo, mostrando como essas memórias são compartilhadas de geração e em geração:

Meu pai e meu avô vieram para cá no comecinho da cidade. Eles contavam que isso aqui era só mato... Que abriam estrada no facão. Que tudo era muito difícil naquele tempo... Hoje, pra mim, é motivo de orgulho tocar a terrinha que foi deles. A gente trabalha de sol a sol, não recebe nada do governo. Eles também eram assim, tinha que pegar no cabo da enxada desde cedo... difícil... nossa família sempre foi assim, um povo trabalhador... que nunca teve tempo ruim, faça chuva ou sol, nós sempre trabalhamos com amor, porque sabia que só trabalhando ia ter algo. Diferente dessa molecada de hoje, que não para no emprego. Não só porque são preguiçosos... muitos

são... também é culpa dessas bolsa que o governo dá. Se o cara não precisa, não vai trabalhar. É tipo eu achar que porque tenho essa terrinha aqui posso parar, ai eu fico na merda, vem o governo e tira tudo porque não paguei os impostos (MARTINI, 2013: A/A).

A narrativa do produtor rural, que hoje comanda a propriedade de médio porte iniciada por seu avô indica, também, uma dimensão dos trabalhos da memória, na qual ao traduzir as ações desenvolvidas em seu cotidiano, encontra-se perpassado por vários elementos da memória hegemônica reproduzidos pela memória oficial e pelos meios de comunicação. Embora construindo sua fala a partir de muitos aspectos próprios dos argumentos e conceitos defendidos por uma matriz política de direita, não podemos descaracterizar que o próprio trabalhador pense dessa maneira, uma vez que o mesmo acredita no trabalho que faz e participa da construção desse ideário.

Observa-se na fala de Eduardo que, mesmo ele próprio não tendo participado do processo colonizador, mas sendo filho e neto de “pioneiros”, rememora narrativas e lembranças transmitidas pelos familiares. O produtor procura reivindicar para si um presente de trabalho, assim como ao presentificar a narrativa dos antepassados também acena para opiniões políticas as quais ele próprio acredita serem as mais corretas, tecendo uma condenação acerca de programas sociais e os colocando como responsáveis por uma suposta “preguiça” por parte dos trabalhadores ou pela dificuldade em obtenção de mão de obra.

Devemos depreender que grande parte dos saberes da cultura popular são repassados pela oralidade, uma vez que não há registros escritos acerca destes. Estes valores são transmitidos de pai para filho, de geração para geração, fazendo com que a memória social se perpetue entre aqueles que compartilham dos mesmos ideais. Assim, para pensarmos o papel da memória social na construção de sentidos devemos considerar que a *“memória exige uma reflexão sobre processos sociais envolvidos, anunciados ou experimentados na manifestação, persistência e transformações da prática social e dos conteúdos culturais expressos por segmentos sociais numa conjuntura”* (MORAES, 2000: 99).

Ainda nesse contexto, podemos apontar que ao incorporar elementos vinculados ao cotidiano das pessoas, por meio de uma tradição inventada ou não, acaba-se por estreitar os vínculos, sejam de caráter afetivo, psicológico ou social, em relação a determinado objeto, uso, costume, entre outros, vindo a legitimar determinada mentalidade que se visa constituir. Além de uma continuidade, de uma conexão com o passado, acaba-se por valorizar e homenagear a figura daqueles que foram tidos como pioneiros e fundadores de Cascavel, promovendo assim um espaço de rememoração dos primeiros núcleos de colonização.

Partindo dos apontamentos até aqui delineados, podemos nos ater de maneira mais estrutural no que tange a criação de tradições que dão legitimidade a identidade laboral e que estão alocados no imaginário social da população de Cascavel. Busca-se uma identificação da cidade com as cidades europeias através do quesito de que esta deve ser e é civilizada e organizada, nas palavras de Hobsbawm:

(...) já que a História que se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação Estado ou movimento não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas aquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo (HOBBSAWM, 1997: 21).

Porém seria simplório em demasia caracterizar esta ordem social meramente como fruto de ideais de uma elite e aceitas sem restrições por uma classe em contraste. Estruturada internamente, existe a necessidade de estabelecer uma certa afinidade entre o desenvolvimento civil em consonância com o modo de vida que se procura criar, *“as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”*(CHARTIER, 1989: 17). Estes aspectos podem ser trabalhados no inconsciente coletivo de variadas formas, como com a construção de monumentos, praças, esculturas, centros que se remetam a um passado histórico que exprima determinados valores os quais se pretenda suplantar, e que pretendemos identificar sua relação com diversas construções e festividades.

Nesse sentido, a monumentalidade da cidade também é algo importante a ser analisado. Um estudo mais aprofundado da disposição urbana tem muito a revelar e é

bastante pertinente para um momento futuro. Para além das avenidas, ruas, monumentos e patrimônios que acabam por se tornar espaços de uma memória oficial, a Praça do Migrante retoma esse sentido de homenagem aos Pioneiros. Neste espaço localizado no entroncamento de duas das principais avenidas municipais, tem-se um grande monumento composto por cinco grandes rampas que simbolizam as diferentes regiões do Brasil, e que representam o percentual de migrantes que compuseram a população local, sendo que a maior delas simboliza a região sul. Importante ressaltar que a praça inaugurada em 1977 também leva o nome do “pioneiro” Florêncio Galafassi, falecido no ano anterior a inauguração e que chegou em Cascavel em 1948 para trabalhar no ramo de madeiras

Na contramão dessa perspectiva a entrevista de Cleci Martins, uma das lideranças do Movimento AfroVida, o qual tenta se estruturar em Cascavel como forma de combater preconceitos e promover a inclusão social do negro através de políticas públicas mais eficientes, pontua a necessidade de conhecer a história da população negra no Brasil e compreender como o racismo se apresenta na sociedade. De modo organizado e politizado, Cleci tece considerações bastante importantes acerca dessa temática:

Cascavel é uma cidade extremamente conservadora e naturalizou as desigualdades sociais raciais em todos seus espaços... o que não difere de outras cidades brasileiras. Há dificuldade na população em reconhecer-se como afro-brasileira ou negra, devido a não visibilidade da cultura e do povo negro na cidade. É difícil responder... No entanto a cidade e principalmente as instituições devem preocupar-se mais com essa questão devido ao grande número de imigrantes negros que nossa região vem recebendo. O racismo institucional é velado e já demarcou território na sociedade, para tentar reverter esse processo é preciso discutir a temática. Há dificuldade hoje, por exemplo, em articular o poder público, pois alguns setores não consideram essa temática central ou até mesmo importante... por aqui prevalece o mito da democracia racial, que todos e todas conseguimos conviver em harmonia, com as mesmas oportunidades... infelizmente os valores ligados aos povos afro-brasileiros são desconhecidos o que gera a discriminação, isso ocorre principalmente com as religiões de matriz africana (MARTINS, 2015: A/A).

O que se percebe nas considerações de Cleci, são análises objetivas e portadoras de uma clareza que advém de quem lida diariamente com as lutas pela inclusão. Ao pontuar que *“Há dificuldade na população em reconhecer-se como afro-brasileira ou negra, devido a não visibilidade da cultura e do povo negro na cidade”*, a

professora traz à tona questões relativas a identificação dos sujeitos entre si e em relação ao contexto histórico-social no qual desenvolvem suas interfaces.

Outra fala de grande significância, nesse sentido, é a do Vereador por Cascavel Paulo Porto, que também é professor de História e indigenista, e assim faz sua análise:

percebo uma grande dificuldade das minorias se articularem em Cascavel...devido a dois motivos, pelo fato de ser uma sociedade conservadora política e moralmente, e também devido a dificuldade destas minorias se entenderem como minorias e se auto organizarem. Isto é, assim como o entorno é conservador falta debate e formação política para estes grupos que devido a isso acabam - as vezes - "ganhos" para o discursos dominante e hegemônico (PORTO, 2015: A/A).

A entrevista de Paulo Porto observa as dificuldades de articulação das minorias e demonstra como o entendimento que os indivíduos fazem de si mesmo, muitas vezes, podem ser mediatizados pelas representações construídas pelo discurso oficial, uma vez que muitos não se enxergam como pertencentes a um grupo ou por aspirarem ideias difundidas pelo grupo hegemônico.

Em uma dimensão analítica podemos inferir que estes sujeitos, submetidos a uma espécie de desligamento compulsório dos lugares simbólicos em que constroem um sentimento de pertença em relação ao discurso oficial, buscam reconstruir novas práticas cotidianas, muitas vezes de resistência, outras de cooptação ou subserviência.

É necessário observarmos que a identidade social traz em si, inicialmente, a percepção acerca do próprio indivíduo e de seus "iguais", imprimindo o caráter do que é idêntico. Nessa perspectiva, identidade sugere ajustamento, conformidade, partilha, caracterizando um processo que permita ao sujeito confundir-se com os demais membros do grupo o qual assume as características.

Seguindo na esteira dos relatos de Cleci Martins, observamos também o modo com o qual sua fala lança olhares para a negligência do poder público municipal, em relação aos assuntos ligados a população negra e de outras religiões na cidade. A depoente pontua o desconhecimento dos valores africanos e de suas matrizes religiosas, bem como a negação de espaços para difundir essas crenças e seu simbolismo, embora a sociedade se encontre revestida de um discurso harmônico e democrático.

A fala da professora encontra substrato em muitas ações da administração pública municipal. Durante a atual composição do Poder Legislativo em Cascavel, uma grande quantidade de projetos de cunho religioso – principalmente evangélicos e católicos – vem sendo apreciados e aprovados pelos vereadores, como por exemplo: homenagens a pastores, instituição do dia da leitura bíblica (Projeto de Lei 22/2015), autorização de concessão de direito real de uso de bem público, vide a classificação como bem dominical pelo prazo de 10 anos para a Igreja Assembleia de Deus, para pregar o ministério e fazer missões em Cascavel (Projeto de Lei 36/2015).

Todavia, o mesmo espaço político não é dado a religiões de diferentes matrizes, como por exemplo as de origem africana, nas palavras de Júlio César Carignano, Assessor de Comunicação na Câmara dos Vereadores e Membro do SindiJor: *“nunca houve tentativas de homenagear outras religiões que não fossem cristãs: católicos e evangélicos e acredito que se houvesse algo neste sentido sofreria resistência”* (CARIGNANO, 2015: A/A).

A abordagem de temáticas ligadas a questões sociais, se bem analisadas podem ser indicadoras de um conjunto de valores enraizados em torno dessa suposta ética do trabalho, gestada desde a fundação da cidade, e que continua sendo reproduzida na forma de preconceitos em relação àqueles que não compartilham dos mesmos conteúdos culturais do grupo predominante.

A partir de tais referências, o trabalho que nos propomos realizar é um estudo acerca das diferentes memórias sobre a colonização e desenvolvimento de Cascavel e, em movimento prospectivo, compreender quem são as vozes silenciadas no presente da cidade, bem como o modo pelo qual esses sujeitos procuram construir suas lutas, valores e suas identidades em meio a um processo complexo e contraditório, imerso num campo de disputas e tensões acerca da realidade concreta e simbólica.

Referências

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: Revista annales, nov-dez. 1989, nº 06, p. 1505-1520.

_____. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Trad. Maria M. Galhardo. Rio de Janeiro : Bertrand, 1990.

DEITOS, Nilceu. _____. **Presença da Igreja no Oeste do Paraná: A Construção do Imaginário Católico (1930-1990)**. Porto Alegre, 2004. 250 f. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, 2004.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (org.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

MORAES, Nilson A. **Memória e Mundialização: Algumas considerações**. In: LEMOS, Maria T. T. B. MORAES, Nilson de (orgs.). **Memória, Identidade e Representação**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

MOTA, Lúcio Tadeu. **A Construção do ‘Vazio Demográfico’ e a Retirada da Presença Indígena da História Social do Paraná**. in: PÓS-HISTÓRIA: Revista de Pós-Graduação em História (Universidade Estadual Paulista). Assis, SP. 1993.

NIEDERAUER, Ondy H. **Toledo no Paraná – História de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso**. Toledo. Grafo-Set. 1992.

SCHREINER, Davi Felix. Entre a Exclusão e a Utopia. **Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais (Oeste / Sudoeste PR)**. São Paulo: USP, 2002.

SCHLACHTA, Marcelo H. **O MST e a Questão Ambiental: Uma Cultura Política em Movimento**. MCR: Unioeste, 2008. MCR, 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Unioeste, 2008.

THOMPSON, E. P. “**O termo ausente: experiência**”. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WESTPHALEN, Cecília Maria. (et. al.). **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim do Departamento de História – UFPR**. v. 7, p. 1 – 52, 1968.

Entrevistas

BROCCO, Olga Cortese. Residente no município de Cascavel desde a década de 50. Entrevista concedida no dia 27/08/2002. Arquivo do Autor (A/A).

CARIGNANO, Júlio C. Assessor de Imprensa da Câmara dos Vereadores e membro do SindiJor – Sindicato dos Jornalistas. Entrevista concedida em 22/05/2015. Arquivo do Autor (A/A).

CARMANI, Isoldo. Produtor rural residente em Cascavel desde a década de 1960. Entrevista concedida no dia 13/10/2013. Arquivo do Autor (A/A).

MARTINI, Eduardo. Filho de agricultores que se estabeleceram em Cascavel na década de 1960. Entrevista concedida no dia 15/10/2013. Arquivo do Autor (A/A).

MARTINS, Cleci. Coordenadora do Movimento AfroVida, que luta pela inclusão de afrodescentes em Cascavel. Entrevista concedida no dia 22/05/2015. Arquivo do Autor (A/A).

PORTO, Paulo. Vereador do PCB em Cascavel, professor universitário e indigenista. Entrevista concedida no dia 22/05/2015. Arquivo do Autor (A/A).